

CONTRATO CIBiogás nº. XXX/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que
entre si celebram o CIBIOGÁS-ER e
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Processo de Contratação nº. 131/2022

Licitação Pública nº. 001/2023 - Pregão
Eletrônico

Por este instrumento particular, de um lado, o **CENTRO INTERNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS BIOGÁS - CIBiogás-ER**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.366.966/0001-02, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na Avenida Tancredo Neves, nº. 6731, Térreo, Sala 011, CEP: 85867-900, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Rafael Hernando de Aguiar González e pelo Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Sr. Felipe Souza Marques, doravante designados simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX/XX, com sede na cidade de XXXX, Estado do XXX, na XXXXXX, nº. XXX, Bairro: XXXX CEP: XXXX, neste ato representada pelo XXXXXXXX, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral nº. XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº. XXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram este contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as partes, em tudo quanto se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais que regem a matéria, em especial as diretrizes contratuais descritas na **Norma de Contratações do CIBiogás**.

CAPÍTULO I – OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este contrato tem por objeto a **Contratação de serviço de coleta, transporte e descarregamento de substratos (dejetos) de suínos e digestato por meio de caminhão com tanque de armazenamento (tipo auto fossa) a ser disponibilizado pela contratada, com motorista. O transporte dos materiais será realizado entre as propriedades rurais até a Central de Bioenergia de Toledo - CBT e entre a CBT e propriedades rurais**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e Proposta Comercial.

Parágrafo Único – Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Proposta Comercial;
- c) Ordem de Serviço.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** se obriga a:

- a) entregar o objeto de acordo com item 2.1. Descrição de Informações Detalhadas do Termo de Referência e demais documentos referidos na Cláusula Primeira, normas técnicas e a melhor técnica e diligência aplicáveis;
- b) apresentar materiais e equipamentos necessários para realizar o serviço disponíveis para o início imediato;
- c) responsabilizar-se pelos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do Contrato e saná-los em tempo ótimo, de acordo com as normas e padrões técnicos aplicáveis;
- d) tomar todas as precauções e medidas de segurança e de proteção ao meio ambiente inerentes à execução do Contrato;
- a) utilizar colaboradores técnica e medicamente aptos e provê-los com Equipamentos de Proteção Individual - EPI e os Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC;
- e) responsabilizar-se pelos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do Contrato e saná-los em tempo ótimo, de acordo com as normas e padrões técnicos aplicáveis;
- f) tomar todas as precauções e medidas de segurança e de proteção ao meio ambiente inerentes à execução do Contrato;
- g) responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros pelos seus colaboradores, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pelo **CONTRATANTE**;
- h) manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições exigidas no processo de contratação para cadastramento e as demais condições compatíveis com as responsabilidades ora assumidas;
- i) arcar com todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato;
- j) encaminhar, quando solicitado, cópias das certidões negativas, para comprovar sua regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e certidão negativa trabalhista;
- k) recolher, mensalmente, os valores referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – devidos a seus empregados, observando os prazos e termos da lei e devem ser enviados quando solicitados;
- l) efetuar o pagamento da gratificação natalina (13º salário) de seus empregados na forma e prazos legais estipulados no arts 1º e 2º da Lei 4.749/65;
- m) participar a concessão de férias e do acordo de 1/3 e seus empregados, por escrito, com antecedência de no mínimo, 30 (trinta) dias, na forma do art. 135 da CLT;
- n) prover transporte adequado a seus trabalhadores compreendido do local de trabalho nas proximidades de suas residências e vice-versa, de modo a garantir-lhes condições de conforto e segurança

CLÁUSULA TERCEIRA – O **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- b) tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento dos serviços contratados;
- c) fiscalizar a execução contratual;
- d) fornecer, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos;
- e) comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução contratual, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.

CAPÍTULO III – CONTRAPRESTAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – Como contraprestação, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal estimado R\$XXXX,XX(XXXXXXXXXX). Para fins contratuais dá-se a esse contrato o valor global máximo estimado de R\$XXXX,XX (XXXXXXXXXX).

Parágrafo Primeiro – Os desembolsos ocorrerão em até 20 (vinte) dias após a aprovação do relatório de medição.

Parágrafo Segundo – Estão incluídos no preço todos os benefícios e custos, eventuais ou não, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto do contrato.

CAPÍTULO IV – FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA - A nota fiscal e demais documentos poderão ser enviados para a área de Contratos do Centro Internacional de Energias Renováveis – CIBiogás-ER, Av. Tancredo Neves, 6731, Edifício das Águas, Térreo, Sala 011, ou para o e-mail nfe@cibiogas.org com cópia para contratos@cibiogas.org .

Parágrafo Primeiro - No caso de enquadramento tributário no Simples, de isenção ou imunidade tributária ou de qualquer situação tributária especial, a **CONTRATADA** deverá entregar juntamente com cada nota fiscal a declaração do regime tributário aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – O **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação do relatório de medição. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, citar Convênio Itaipu n° 4500051096 – Projeto de Implantação da Central de Bioenergia no Município de Toledo e o número deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – O **CONTRATANTE** reterá os tributos, conforme determinado na legislação vigente, e recolherá a importância retida em nome da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – Caso a **CONTRATADA** não apresente a documentação completa exigida contratualmente para liberação do pagamento no prazo estabelecido, o respectivo pagamento somente ocorrerá a 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da apresentação formal do(s) respectivo(s) documento(s) faltante(s).

CLÁUSULA SÉTIMA – Dos pagamentos serão descontados, por compensação, todos os débitos da **CONTRATADA** com o **CONTRATANTE**, inclusive, sem limitação, os de natureza punitiva e indenizatória.

CAPÍTULO V – RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA OITAVA – As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Centro Internacional de Energias Renováveis Biogás - CIBiogás-ER, Centro de Custo 1.20.2102 – Projeto de Implantação da Central de Bioenergia no Município de Toledo, Convênio Itaipu nº 4500051096, Natureza Orçamentária e Rubrica: ST 06 - Serviço de coleta de substratos em produtores rurais(400m3/dia)*, META 4 – IMPLANTAÇÃO, ETAPA 14 - OPERAÇÃO ASSISTIDA DA CENTRAL DE BIOENERGIA, no exercício 2023/2024 e Centro de Custo 1.20.2100 – CIBIOGÁS, Natureza Orçamentária e Rubrica: ST 03 - Serviço de Terceiros e Especializados, no exercício 2023/2024 .

CAPÍTULO VI – PRAZOS CONTRATUAIS

CLÁUSULA NONA – O prazo determinado de execução e vigência contratual é de 12 (doze) meses, a contar da emissão da ordem de serviço. Os prazos serão conforme **item 6** do termo de referência e proposta comercial anexa deste contrato.

Parágrafo Primeiro – A extinção do contrato não afetará os direitos e as obrigações que por sua natureza deverão continuar vigentes, tais como, sem limitação, os relativos à garantia do objeto, à confidencialidade e às responsabilidades civis, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, ambientais e comerciais.

Parágrafo Segundo – Os prazos contratuais poderão ser prorrogados, havendo interesse das partes e mediante termo aditivo com o limite de 60 meses.

Parágrafo Terceiro – Caso ocorra a renovação do Contrato, os preços relativos ao objeto contratado, poderão ser reajustados com periodicidade anual, de acordo com o índice INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor (acumulado no período). A aplicação do reajuste será considerada a partir do mês subsequente ao período reajustado.

Parágrafo Quarto - Em ocorrendo fato superveniente, extraordinário e imprevisível que altere o equilíbrio da equação econômico-financeira original deste Contrato, as partes renegociarão as suas condições para que se retorne à equação comutativa originária.

CAPÍTULO VII – CLÁUSULA PENAL

CLÁUSULA DÉCIMA – No caso de atraso injustificado na entrega, ou de entrega em desacordo com a letra “a” da cláusula segunda, será aplicada à **CONTRATADA** multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor do preço do respectivo objeto, limitada a 10% (dez por cento).

CAPÍTULO VIII – EXTINÇÃO CONTRATUAL ANTECIPADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser resolvido pelo **CONTRATANTE** nas seguintes hipóteses:

- a) suspensão, interrupção, atraso ou abandono da execução do objeto por mais de 10 (dez) dias;
- b) descumprimento pela **CONTRATADA** das suas obrigações trabalhistas, fiscais ambientais ou tributárias, ou diante da recusa da **CONTRATADA** em fornecer documentação comprobatória do cumprimento dessas obrigações;

Parágrafo Primeiro – Poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante consenso entre as partes, resguardando os interesses do **CONTRATANTE**, a rescisão ou a resolução contratual mediante a lavratura do termo de distrato sem ônus ou multa

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Este Contrato poderá ser resolvido pela **CONTRATADA** no caso de inadimplemento dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO IX – DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** adotará os mais altos padrões éticos de conduta na condução dos negócios relacionados ao objeto deste contrato, assim como em qualquer outra iniciativa envolvendo o **CONTRATANTE**, em conformidade com as normas internacionais e a legislação brasileira aplicáveis ao tema, incluindo, mas não se limitando à Lei n.º 12.846 ou outra que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A **CONTRATADA** se compromete por si, por todos os atos de seus colaboradores a qualquer título, a não pagar, prometer ou autorizar o pagamento de nenhum valor ou oferecer qualquer tipo de vantagem, direta ou indiretamente, a qualquer Agente Público, com o objetivo de influenciá-lo inapropriadamente ou recompensá-lo de alguma forma pela obtenção de algum benefício indevido ou favorecimento para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro – Para fins deste contrato, Agente Público significa qualquer agente, representante, funcionário ou parente até segundo grau de pessoa natural que ocupe cargo ou trabalhe para qualquer esfera da Administração Pública direta ou indireta, Poder Legislativo ou Poder Judiciário, no Brasil ou em

outro país, (“Poder Público”), agência, departamento ou qualquer entidade que pertença, ou seja, controlada pelo Poder Público, organização pública internacional ou partido político, bem como qualquer candidato a mandatos políticos no Brasil ou em outro país.

Parágrafo Segundo - Considera-se colaborador do **CONTRATANTE** aqueles contratados por CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CAPÍTULO X – CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As Partes estarão obrigadas, de modo incondicional, a manter em absoluto sigilo todas e quaisquer informações e/ou dados confidenciais obtidos da outra Parte.

Parágrafo Primeiro – Serão consideradas confidenciais todas as informações e/ou dados armazenados a que as Partes tenham acesso em razão deste Contrato, independentemente da expressa menção à sua confidencialidade.

Parágrafo Segundo – As Partes obrigam-se a fazer com que o dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula seja estendido e respeitado, inclusive, sem limitação, por seus administradores, empregados, prepostos, e demais pessoas com quem mantenham relação comercial ou trabalhista, responsabilizando-se pelas infrações cometidas por tais indivíduos e/ou entidades.

Parágrafo Terceiro – As disposições desta cláusula não se aplicam às informações que estiverem ou se tornarem disponíveis ao público de outra maneira que não em virtude de divulgação pelas Partes, bem como aos casos em que a revelação de uma informação ou dado confidencial decorrer de determinação judicial e/ou governamental, devendo, neste caso, ser notificada a Parte detentora da informação e requerido, quando aplicável, segredo de justiça no processo judicial e/ou administrativo em questão.

Parágrafo Quarto – As Partes reconhecem que o descumprimento do conteúdo desta cláusula implicará no dever de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da possibilidade de resolução contratual, conforme previsto na cláusula décima segunda.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este contrato será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este contrato não estabelece nenhum vínculo empregatício de responsabilidade do **CONTRATANTE**, com relação ao pessoal que a **CONTRATADA** empregar, direta ou indiretamente, para execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A eventual declaração de invalidade ou ineficácia de uma disposição deste Contrato não terá efeito sobre a validade e a eficácia das demais disposições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O não exercício, por qualquer das partes, de um direito que lhe for atribuído por este Contrato não desobrigará a outra parte nem constituirá renúncia ou novação, devendo ser interpretado como mera tolerância.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Em caso de subcontratação, o CIBiogás deve ser informado e deverá autorizar esta subcontratação

Parágrafo Único - A empresa a ser subcontratada deverá ser validada tecnicamente pelo CIBiogás.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O **CONTRATANTE** será representado por XXXXXXXXXXXX, com poderes para fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A **CONTRATADA** será representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, com poderes para responder perante o **CONTRATANTE**, pela execução contratual.

CAPÍTULO XII – FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - É competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, as partes, por seus representantes legais, assinam este instrumento eletronicamente, juntamente com duas testemunhas.

Foz do Iguaçu/PR, XX de XXXXX de 2023.

CIBIOGÁS-ER:

CONTRATADA:

Rafael Hernando de Aguiar González
Diretor Presidente

Nome:
Representante Legal

Felipe Souza Marques
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico

Testemunhas:

Juliana Gaio Somer
e-mail: juliana.somer@cibiogas.org

Nome:
CPF:
e-mail:

*Documento assinado eletronicamente.
MP nº 2.200-02/01, de 24/08/2001*